


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua dos Libaneses nº 1998, . - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraqjec@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: 1000961-80.2018.8.26.0037

Exequente: Rodrigo Mansano Daderio

Executado: Primo Rossi Administradora de Consórcios Ltda.

Juiz de Direito: Dr. Rogerio Bellentani Zavarize

Vistos.

Trata-se de fase de cumprimento, cuja sentença fixou a condenação em R\$12.655,90, com correção monetária desde o ajuizamento e juros de mora desde a citação (pág. 12). O valor líquido constante do dispositivo da sentença há de prevalecer em relação ao valor alocado em certidão de crédito, pois assim se evita qualquer erro, e a certidão de pág. 82 indica que foram expedidas certidões sem tabelas a justificar os valores de modo adequado.

A parte credora apresentou valor de R\$25.268,84 (pág. 18), que não pode prevalecer.

Na sequência, houve bloqueio on line de R\$28.751,30, apurados pelo cartório a partir do cálculo inicial do credor (pág. 69/70).

Sobreveio manifestação da devedora, afirmando que o valor correto é R\$18.830,37.

Verifica-se controvérsia sobre o valor devido, como vem ocorrendo em casos semelhantes, e cada um tem uma solução.

Na hipótese dos autos, a manifestação da credora não pode ser aceita porque não comprovou, com documentos pertinentes, que seu demonstrativo está de acordo com a condenação. Fundamentou-se no valor constante da certidão de crédito, que visivelmente não corresponde ao valor devido.

Outrossim, o cálculo apresentado pela devedora está justificado de acordo com os critérios da sentença, e já inclui a multa de 10% em razão do não pagamento no prazo (pág. 77).

Outro ponto diz respeito aos honorários advocatícios fixados pelo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua dos Libaneses nº 1998, . - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraqjec@tjsp.jus.br

v.Acórdão. Não são exigíveis da executada, que é sucessora, tão somente, da Agraben, e que não interpôs recurso. Somente recorreu a então ré Novamoto (pág. 82) e a verba de sucumbência somente dela é exigível. Equivocado, portanto, o cálculo de R\$4.211,47 (pág. 18) a tal título.

Entende-se que o bloqueio é suficiente à satisfação do crédito.

Decreta-se a extinção da execução, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil.

Certificado o trânsito em julgado, expeça-se ordem via Bacenjud para a transferência de R\$18.830,37 do montante bloqueado (pág. 70) e, com o cumprimento, expeça-se mandado de levantamento ao credor.

Por sua vez, o valor remanescente será desbloqueado.

Cumpridas as providências, arquivem-se os autos digitais.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 01 de agosto de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006